




Cartografias da prisão à céu aberto: modos de subjetivação de policiais penais em análise

Cartographies of open-air prison: modes of subjectivation of criminal police officers under analysis

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello 

leonardomello.psi@gmail.com

Universidade de Brasília

 10.52521/22.10795

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 01/06/2023

Aprovação do trabalho: 12/12/2023

Publicação do trabalho: 07/06/2024

FIGUEIRÓ, Rafael de Albuquerque. 2022. **“Eu tenho medo de viver lá fora”**- Cartografia do trabalho do policial penal. São Paulo: Dialética.

O livro de Rafael Figueiró me chega como uma segunda mirada de um processo que tive o privilégio de acompanhar e conhecer, quando a matéria prima que dá origem a essa obra, sua tese de doutoramento, estava em processo de construção. Assim, destaco um duplo privilégio que tive e tenho ao estar com esta obra em mãos, de novo. Seu título já nos convida a pensar em algo que historicamente acaba sendo invisibilizado: policiais (sejam penais, militares, civis ou de qualquer outra qualificação) têm medo. Ou seja, o título já nos convoca a pensar o registro de humanidade que atravessa esses sujeitos que enveredaram pela carreira policial e, como revela de maneira crítica e sensível, também são tomados por um conjunto de desejos, histórias e vivências que ajudam o leitor a tomar algum prisma de identificação com aqueles que estão, em grande medida, “presos” aos contextos de seus trabalhos.

Na introdução o autor apresenta uma rica contextualização do campo de seu trabalho, o Presídio Estadual de Parnamirim (PEP), evidenciando a divisão de alas e características do esquadrinhamento arquitetônico de um prédio com a finalidade de penalizar e segregar pessoas: dois pavilhões, com térreo e primeiro andar, em que se encontram divisões categorizadas da “natureza” do delito cometido pelos presos, ou evidências de que aquele microcosmos também carrega divisões sociais e econômicas que encontramos aqui foram no mundo dos “livres”. Chama atenção um terceiro espaço arquitetônico denominado como “Chapa”. Nesta, que consiste num espaço segregado e de dimensões reduzidas, percebemos a função de punição disciplinar para presos que

incorreram em faltas ao regimento penal, além daqueles presos que residem ali permanentemente por terem sido “expulsos” do convívio com outros presos, e, por isso, correm risco de vida. São conhecidos como Renegados. Na introdução o autor também nos apresenta sua estratégia metodológica, que se desenhou a partir da Cartografia Social, criada por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995). É partir desse momento que sentimos o diferencial da pesquisa e reflexões produzidas por Rafael Figueiró: por meio de uma complexa e delicada vivência cartográfica, o autor vai construindo uma narrativa que nos leva à sensação de caminhar, junto a ele, pelas divisões do PEP, experiência que é potencializada com a apresentação de fotos – reais – de sua estadia no processo cartográfico de viver e trabalhar como policial penal por cerca de 120 horas de atividades. Como revela o autor, essa estratégia metodológica foi central para lhe possibilitar uma visão mais ampla e solidária para perceber processos de subjetivação e forças micro e macro políticas.

O capítulo intitulado “Aqui eu sou o Estado e o Estado é violador: notas sobre os carcereiros” se trata de um importante construto genealógico (FOUCAULT, 2002) acerca do cotidiano em uma unidade do sistema prisional brasileiro. O autor divide o capítulo em nove subitens que descrevem seu processo cartográfico tendo como foco central as pistas que vai encontrando acerca dos processos de subjetivação dos policiais penais com quem esteve em contato ao longo de sua imersão cartográfica. Destaco aqui um elemento central que autor evidencia diversas vezes em seu texto, de maneira muito didática, sobre o que consiste o método cartográfico: cartografia diz respeito a habitar um território existencial. Figueiró consegue, a partir de sua narrativa evidenciar que de fato habitou esse território, como faz o leitor se sentir da mesma maneira. Para além disso, consegue evidenciar que alguns efeitos de subjetivação que se fazem presentes no dia a dia do policial penal – medo, raiva, sentimentos de impotência frente à sua realidade, sentimentos de injustiça e dilemas ético-morais cotidianos – também passam a ser vivenciado pelo pesquisador-autor, e de maneira muito sutil ericam os pelos e sentimentos de humanidade daquele que se coloca como leitor dessas narrativas. Destaco aqui, nesse capítulo a presença importante da Análise Institucional francesa como operador teórico (LOURAU, 1995). Figueiró entrelaça em sua narrativa do cotidiano prisional conceitos e ferramentas interpretativas dessa perspectiva, como por exemplo a noção de *Analísadores, linhas de força, análise de implicações, Estado, e burocracia* de maneira a trazer para seu texto o rigor que uma pesquisa acadêmica demanda, mas com a sutileza de não perder elementos de sua estilística de escrita do cotidiano – elemento esse que é marca de toda a obra. Consoante ao uso da Análise Institucional, o autor convoca autores clássicos, inclusive de outros estratos epistêmicos, para dialogar e compor uma tessitura crítica aos acontecimentos, como é o caso de Erving Goffman, Hanna Arendt, Michel Foucault.

O segundo capítulo da obra se intitula “Efeitos do trabalho no cárcere em tempos de controle a céu aberto”. Neste capítulo, Figueiró aprofunda suas análises embrincando um conjunto complexo de saberes com elementos históricos, além de fazer essa costura com os passos da cartografia e segmentos de entrevistas e vivências que pode ter com pessoas que atuam ou são afetadas indiretamente pelo contexto carcerário. Nos primeiros subitens, o autor, a partir da reflexão daquilo que chamou de “analisador ressocialização”, atualiza a perspectiva de que o dispositivo prisional produz e reforça a noção de sujeito perigoso, já discutida anteriormente por Foucault (2007). Nesse sentido, Figueiró constrói uma linha reflexiva que sustenta a ideia de que a prisão se configura como um dos principais dispositivos da modernidade para atuar em uma das facetas mais complexas de produção daquilo que Foucault chamou de Biopoder: a produção de subjetividades, sendo essas produtos sociais, culturais, políticos e econômicos, atravessados por uma noção de governabilidade dos sujeitos. Figueiró também faz um mergulho de fôlego para evidenciar que, no contexto brasileiro, os saberes psis (psicologia, psicanálise e psiquiatria) se somam à essa teia rizomática de forçar para serializar modos de subjetivação atravessados pelo medo e pela ideia de que há indivíduos “naturalmente” propensos à transgredir, evidenciando, assim, os axiomas modernos de que o crime e o criminoso são performatividades essenciais, e, por isso mesmo, incorrigíveis. Ainda, neste capítulo, o autor vai discutir alguns efeitos sutis, e outros nem tanto assim, no cotidiano dos policiais penais, por exemplo, quando estes estão no seio de suas famílias. Figueiró relata que passou a sentir em sua própria pele alguns desses efeitos, como por exemplo o estranhamento e incômodos que passaram a ser comuns em situações que antes eram corriqueiras e automáticas, como por exemplo para o carro num sinal vermelho e ficar em estado de hiper atenção à todos que passam numa faixa de pedestres olhando para o carro, pois a sensação era a de qualquer um, a qualquer momento poderia desferir contra ele algum ato de violência como represália por tê-lo identificado como policial penal. Figueiró revela que esse estado é intenso e regular no cotidiano dos policiais penais: estar “ligado” diariamente constitui o modo de vida desses trabalhadores, e é essa sensação permanente que enseja falas como a que dá origem ao título da obra que aqui está sob apreciação: “eu não tenho medo de trabalhar, eu tenho medo de viver lá fora”. Figueiró destaca que além do medo e da despotencialização, a limitação com relação ao lazer, vida social, frequentar lugares públicos se configura como uma consequência do trabalho em prisões. É o que o autor chega como constatação: o dispositivo prisão produz subjetividades amedrontadas, e por isso, os policiais penais vivem como se estivessem presos à céu aberto. Além disso, paradoxalmente, o dispositivo prisão opera de maneira a gerar na sociedade em geral um certo sentido de segurança, atravessado por diversas linhas e elementos que também provocam sofrimento.

O último capítulo do livro, chamado de “Estratégias de resistência no dia a dia da

prisão”, apresenta ao leitor um conjunto de desfechos da pesquisa empreendida por Figueiró a partir daquilo que o autor nomeou como estratégias de resistência produzidas pelos policiais penais para inventar seus cotidianos. O autor mapeia em sua narrativa junto aos PP que atividades como viajar, ir à praia, se desconectar de meios de comunicação e se inserir mais profundamente na rotina familiar, mergulhar em processos e rotinas de cunho religioso e contar, de maneira corporativista e cooperativa com os colegas de profissão. Ponto interessante no mapeamento dessas estratégias se apresenta quando o autor faz uma reflexão bastante crítica a elas, a partir de sua própria análise de implicações – dispositivo da Análise Institucional -: Figueiró acredita que a construção de estratégias de resistência acaba se constituindo como um ponto de despotência e apaziguamento das tensões narradas ao longo de toda sua cartografia. As resistências operadas pelos policiais penais, extremamente necessárias para que eles reinventem seus cotidianos, são as mesmas estratégias que, de alguma forma ajudam a manter as diversas situações terríveis de situação de trabalho a que estão submetidos, algo que vai retroalimentando o medo e os diversos dispositivos e linhas de força narrados ao longo de toda a obra como elementos críticos que mantêm o dispositivo prisional como um importante modulador de modos de subjetivação diversos em nosso seio social. De maneira crítica e corajosa, o autor aposta em alternativas estruturais, que envolvem elementos macro políticos, para, de fato, enfrentar e resistir a esses modos de subjetivação que mantêm a todos controlados: a alternativa do paradigma do abolicionismo penal como sendo uma prática possível de resistência, implicando ciências e saberes como os da psicologia e demais saberes psis nessa empreitada.

Referências

- DELEUZE, G; & GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 01. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FIGUEIRÓ, R. A. **“Eu tenho medo de viver lá fora”**: cartografia do trabalho do policial penal. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Sobre os autores

Leonardo Cavalcante de Araújo Mello - Professor do Centro Universitário de Brasília, Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar pela Universidade de Brasília, Doutor em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (UnB).